

Em busca de uma identidade romano-bárbara: a emulação das instituições romanas pelas monarquias goda e sueva na primeira metade do século V

In search of a Roman-Barbarian identity: the emulation of Roman institutions by the Gothic and Suebic monarchies in the first half of the fifth century

Danilo Medeiros Gazzotti*

Resumo: No presente artigo, temos como objetivo realizar uma comparação entre as emulações godas e suevas de algumas instituições romanas na primeira metade do século V. A partir disso, queremos demonstrar como as apropriações dessas tradições romanas foram realizadas em diferentes contextos e, em alguns casos, de forma distinta por essas duas populações. Por fim, pretendemos mostrar como a assimilação de características romanas resultou na criação de uma nova identidade romano-bárbara para esses povos.

Abstract: In this article, we aim to make a comparison between the goths, and suebi's emulations of some Roman institutions in the first half of the fifth century. Onwards we want to show how appropriations of these Roman traditions were carried out in different contexts and, in some cases, in distinct ways by these two populations. Finally, we intend to show how the assimilation of Roman features resulted in a creation of a new Roman-Barbarian identity by these peoples.

Palavras-chave:

Antiguidade Tardia;
Godos;
Suevos;
Emulações;
Identidade.

Keywords:

Late Antiquity;
Goths;
Suebi;
Emulations;
Identify.

Recebido em: 30/04/2016
Aprovado em: 02/06/2016

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto. Atualmente realiza estágio doutoral de pesquisa na Universidad de Salamanca com apoio da Capes. É membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR) e pesquisador convidado do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo (GEMAM/UFSM).

No início do século V, duas monarquias bárbaras enfrentavam situações distintas dentro do Império Romano. Enquanto os godos estavam oficialmente assentados na região da Aquitânia, e suas tropas eram consideradas federadas, e de grande valor para a autoridade imperial romana, os suevos ocupavam a província da *Gallaecia*, disputando o controle da região com os demais povos de sua onda migratória.¹ Entretanto, após uma série de acontecimentos que incluíram a destruição dos grupos alanos e vândalos silingos pelo exército godo e a passagem da vertente vândala asdinga para a África, em 429, os suevos acabaram por permanecer como a única população bárbara em larga escala na região hispânica, o que lhes permitiu desenvolver sua monarquia e expandir suas áreas de controle territorial.

Para aumentar seu prestígio e influência e, possivelmente, para obter uma legitimação de seu controle na região, os governantes suevos começaram a realizar emulações de antigas instituições romanas, assim como os godos já faziam há algum tempo. Com a assimilação desses elementos romanos, essas populações bárbaras deixavam para trás a sua identidade bárbara para tornarem-se uma monarquia romano-bárbara, misturando suas características anteriores com as práticas presentes em instituições romanas.

A emulação das tradições romanas, no entanto, não seguiu um modelo único e variou de acordo com as necessidades e a realidade de cada população bárbara. Nesse artigo, temos por objetivo discorrer, a título comparativo, sobre a emulação de três instituições romanas distintas pelas *gentes* godas e suevas – a sucessão imperial, a religião e o sistema monetário. Através dessa análise temos a intenção de mostrar que essas emulações foram realizadas de formas distintas por essas duas populações e que se adequaram ao seu contexto específico.

A sucessão imperial

O primeiro aspecto que trataremos é a emulação do sistema de sucessão imperial romana. Em finais do século IV, o imperador Teodósio havia adotado o sistema de *consortio imperium*, por meio do qual dividia algumas de suas funções imperiais com seus filhos ao mesmo tempo em que os estabelecia, já em vida, como seus sucessores.

A partir do fim da administração de Teodósio, a interpretação das fontes romanas começa a nos fornecer informações também sobre o processo de sucessão nas monarquias bárbaras e nos mostram que elas passam a adotar um sistema parecido com o utilizado pelos romanos, como relata Paulo Orósio na obra *Historiae adversus paganos*: "a frente

¹ Alanos e vândalos silingos e asdingos.

do povo godo se encontrava então Ataulfo, o qual, depois do saque de Roma e a morte de Alarico, havia sucedido a este no trono, casando-se, como disse, com a cativa irmã do imperador, Placídia (*Hist. adv. pag.*, VII, 43).

Renan Frighetto (2007, p. 248) afirma que a sucessão de Alarico por seu “parente” Ataulfo pode ser enquadrada no âmbito da tradição do *consortio imperium*, que tinha sido levada a cabo anteriormente pelo imperador Teodósio em relação a seus filhos, Arcádio e Honório. Nesse momento, esta tradição pode ter sido utilizada pelos godos como modelo de sucessão régia como uma espécie de *consortio regnum*, pois eles buscavam a legitimidade e o reconhecimento de sua autoridade perante o Mundo Romano. Concordamos com Frighetto e acreditamos, também, que ao realizar a emulação dessa tradição, os godos pretendiam se aproximar de uma identidade romana ao mesmo tempo em que fortaleciam o grupo político e familiar em torno do antigo rei Alarico, que se tornaria futuramente a dinastia Balta.

A partir do exemplo godo, outras monarquias bárbaras passaram a imitar o sistema de sucessão familiar romana e começaram a abandonar o antigo sistema de eleição de seus líderes por seu valor militar, como Tácito havia descrito, no passado, em sua obra *Germania* (7): “Tomam os reis pela nobreza e os chefes pelo valor [...]”.

A adesão dos suevos a este modelo nos é informada por Idácio de Chaves quando este descreve, em sua crônica, a transição de poder entre o antigo rei Hermerico, que era o líder de sua *gens* desde antes de sua entrada na província da *Hispania*, em 409, para seu filho Réquila.

O rei Hermerico, dominado pela enfermidade, estabelece como sucessor no reino a seu filho Rechila: o qual derrotou em batalha campal a Andevoto com o exército que levava, junto a Genil, rio da Bética, apoderando-se de suas grandes riquezas de ouro e prata (Idácio, *Cron. a.438 – XIII* [538]).

Patrick J. Geary (2001, p. 121) indica que os reis bárbaros começaram a tentar transformar os membros culturalmente distintos de seus exércitos em um povo unificado e com um senso de identidade, enquanto mantinham sua distância da maior parte da população romana de seus reinos. Essa identidade teria sido traçada a partir das vagas tradições familiares, reinterpretadas e transformadas pelas novas situações nas quais se encontravam. Para os visigodos, a família Balta proveu o centro desta tradição. Para os vândalos, foi a dos Asdingos; para os ostrogodos, a dos Amalos. Essas famílias reais projetaram seu passado imaginado para seu povo como um todo, provendo um senso comum de origem para ser compartilhado por toda a elite militar.

Leila Rodrigues da Silva (2008, p. 40) afirma que podemos atribuir a Hermerico a inauguração da sucessão hereditária entre os suevos, pois este procedimento não era habitual. Segundo a autora, por meio desta iniciativa, Hermerico cercou-se de garantias e assegurou sua linha sucessória antes mesmo de estar impossibilitado de comandar.

Segundo P. C. Díaz Martínez (1983, p. 80-81), nesse momento nós já podemos indicar que a dinastia de Hermerico se fundamentava na existência de um clã real, de uma “estirpe régia” equivalente àquela dos baltos e dos amalos entre visigodos e ostrogodos, e aos asdingos e silingos entre os vândalos, sendo que tais nomes designariam casas reais e não tribos. Como nestes casos, também entre os suevos um clã determinado havia monopolizado a função de *rex* em algum momento desconhecido na etapa da *Völkerwanderung*,² gerando o direito que parece amparar Hermerico para transmitir o poder a seu filho, Réquila. Este mesmo direito permite, em 448, a sucessão de Réquila por seu filho, Requiário.

Renan Frighetto (2013, p. 95) ressalta que estes grupos aristocrático-nobiliárquicos tinham, como alicerce essencial de sua sustentação ideológica, o vínculo com os antepassados míticos e divinos que lhes garantiam a primazia política e social no conjunto da sociedade clássica e, posteriormente, da helenística e da tardo-antiga. Ainda segundo o autor, dessa forma os grupos aristocráticos criavam uma identidade amparada pela *gens* portadora de um passado que seria, em parte, real e em parte construído, tendo como objetivo a supremacia daquele grupo político sobre os outros existentes no conjunto daquela sociedade política, configurada por todos que detinham os poderes decisivos, ou seja, os membros da aristocracia e da nobreza.

Estamos de acordo com a opinião desses autores e acreditamos também que com a transição Hermerico/Réquila os suevos dão continuidade ao sistema de sucessão real utilizado pelos godos desde a morte de Alarico, que por sua vez havia sido inspirado na antiga tradição romana do *consortio imperium*, realizando desse modo uma aproximação de sua identidade, ao mesmo tempo com a monarquia goda e com a autoridade imperial romana.

A religião

Outro aspecto largamente emulado pelas monarquias bárbaras foi o da religião romana. No século V, parte dos godos já havia aderido em massa ao cristianismo, através da conversão iniciada pelo bispo ariano Úlfilas e que foi aprofundada sob as ordens do imperador ariano Valente (364-378) durante a liderança de Fritigerno.

² Migração dos povos.

A despeito dos inúmeros conflitos travados com a autoridade imperial romana, a condição cristã dos godos convertidos era ressaltada muitas vezes como um elemento positivo e como a principal responsável por certa "civilidade" destes em relação a outros grupos bárbaros ainda pagãos, como nos mostra Orósio ao travar uma comparação entre o rei godo cristão Alarico e o rei godo pagão Radagaiso:

O que aconteceu, pois pelos infalíveis desígnios de Deus, foi que, como em uma população heterogênea romana os piedosos mereciam a graça e os ímpios o castigo, e como convinha por outra parte deixar aos inimigos que castigassem com chicotes mais duros que de costume a uma cidade refratária e contestaria a maioria de seus membros, mas que varressem a todos indiscriminadamente com matanças sem medida, aconteceu, pois, que nesta ocasião das tribos godas, com seus poderosos reis, corriam pelas províncias romanas: deles, um era cristão e muito próximo ao romano e, como mostraram os feitos, moderado por temor a Deus a hora de dar morte; outro era pagão, bárbaro e um autêntico cita, já que na hora de dar morte gostava, por sua insaciável crueldade, não tanto a glória ou o butim como a própria morte por si mesma (*Hist. adv. pag.*, VII, 37).

Essa condição cristã dos godos de Alarico, mesmo que ariana, era enfatizada como um diferencial de seu povo diante das demais *gentes* bárbaras do período. No decorrer do século V, outros povos se converteram a esse cristianismo ariano, como os vândalos, os burgúndios e os francos (por um curto período até a conversão de Clóvis à ortodoxia).

Geary (2001, p. 121) aponta que os reis bárbaros utilizaram a religião ariana para fundar uma identidade comum. A família real goda – assim como a dos vândalos, dos burgúndios e de outros povos – foi ariana, sendo que essa fé se tornou intimamente identificada com o rei e seu povo. Bruno Dumézil (2008, p. 147-148) segue o pensamento de Geary, e afirma que um dos motivos de os godos professarem o arianismo se dava pelo fato de que essa doutrina lhes proporcionava uma forma de identidade étnica perante os romanos, o que os convencia cada vez mais de que sua heterodoxia era um sinal de suas diferenças para com o Mundo Romano.

Concordamos com as análises de Geary e Dumézil e acreditamos também que a religião cristã, em sua vertente ariana, servia a um duplo propósito a essas populações bárbaras: primeiro, o de aproximar sua identidade à *ciuitas* romana, com o abandono de seus antigos cultos e sua aproximação com o cristianismo; e depois, o de estabelecer uma identidade própria com a formação de uma religião romano-bárbara. No entanto, um povo bárbaro se diferenciou dos demais e protagonizou a primeira conversão de uma população bárbara ao cristianismo ortodoxo: os suevos, como narra Idácio de Chaves:

Rechila, rei dos suevos, morre pagão em Mérida, no mês de agosto. Depois o sucede no reino seu filho católico Rechiário, não faltando, ainda ocultamente,

alguns rivais de sua raça. Logrado, não obstante, o poder, invade sem demora *ulteriores regiones* para depredá-las (Idacio, *Cron. a.448 – XXVIII [647]*).

Nesse fragmento, o cronista nos informa que após o a morte do rei Réquila, que ainda se mantinha fiel às antigas crenças pagãs de seu povo, ascende ao poder seu filho, Requiário, que já professava o cristianismo ortodoxo. Idácio expõe, ainda, que esta sucessão teve oposição de parte do povo suevo, provavelmente devido à religião professada pelo novo rei.

Díaz Martinez (2011, p. 78) nos demonstra que a identificação entre os guerreiros suevos e seu rei obrigava-os em certa medida a professar a religião de seu líder, pois desse modo seria mantida sua unidade. Contudo, alguns deles poderiam ter visto a conversão do monarca como uma renúncia à própria identidade do povo suevo. Com a ascensão de Requiário, os suevos se tornavam assim o primeiro grupo bárbaro a realizar, no âmbito do poder real, uma conversão direta da religião pagã ao cristianismo ortodoxo, sem passar por sua vertente ariana.

A nosso ver, com a conversão de Requiário, a ortodoxia servia também a um duplo propósito: o de fomentar uma associação identitária de seu povo à *ciuitas* romana – porém de forma mais profunda do que qualquer outro povo bárbaro já havia feito –; ao mesmo tempo em que criava uma identidade própria para a sua *gens*, pois essa se tornava a primeira monarquia romano-bárbara cristã da história, poderia se contrapor às demais monarquias romano-bárbaras arianas.

Por estes motivos, acreditamos que essa conversão sueva à ortodoxia não foi de cunho filosófico, ou seja, os suevos, *a priori*, não aderiram ao cristianismo ortodoxo porque se identificavam filosoficamente com o credo oficial da *ecclesia* cristã, mas sim por uma determinação político-religiosa da aristocracia sueva comandada, nesse momento, por Requiário com o objetivo de emular a identidade religiosa romana.

O sistema monetário

Um outro tipo de emulação, realizada pelas *gentes* bárbaras, foi a do sistema monetário romano. Realizar cópias da moeda considerada mais forte era uma atividade comum em toda a Antiguidade. Diversos outros povos já haviam feito imitações monetárias romanas com o objetivo de aumentar a popularidade e a aceitação de seu cunho. Entretanto, em relação ao caso suevo e godo na primeira metade do século V, podemos notar que mesmo esses povos tendo seguido a tradição de imitação da moeda romana, eles a desempenharam de formas diferentes entre si.

Ruth Pliego Vázquez (2009, p. 72) afirma que todo o período visigodo entre 417 e 484 foi caracterizado pelo exclusivo cunho de imitações da moeda imperial romana. O início da cunhagem feita por esse povo teria ocorrido após seu assentamento na *Aquitania Secunda*, depois da campanha do rei Vália contra alanos, vândalos e suevos. Ainda segundo a autora, em linhas gerais, os visigodos emitiam suas moedas com o nome do imperador vigente, independentemente de como estavam as relações diplomáticas de seu povo com a autoridade imperial romana (2009, p. 73).

Essas primeiras séries de imitações provavelmente foram realizadas pela iniciativa do rei Teodorico I (418-451) a partir de um *solidus* cunhado pelo imperador Honório nas cidades de Milão,³ Ravena ou Roma, como retratado na imagem abaixo:

Figura 1 - *Solidus* em exposição no Museu de Burgos



Fonte: Pliego Vázquez (2009, p. 73).

Essa moeda apresenta, no anverso, a efígie de Honório com a inscrição "DNHONORI VSPRAUG".⁴ No reverso, aparece a figura do imperador de corpo inteiro com pose vitoriosa, colocando seu pé sobre um cativo e levantando um estandarte com sua mão direita e a representação de uma vitória com a esquerda. A inscrição, "VICTORE AAVGGG",⁵ está rodeando a imagem. Ao lado da figura aparecem as letras RV, uma referência de que a moeda teria sido cunhada em Ravena, e aos pés de Honório está a inscrição CONOB, cujo significado é que tal moeda tem a certificação de Constantinopla de que o ouro

³ Moeda romana de ouro criada por Constantino, em 310, para substituir o áureo. Foi cunhada no Baixo Império, entre os séculos IV, V até o século X. No Império Bizantino recebeu o nome grego de *nomisma*. Estava dividida em vinte e quatro *siliquae* (ALFARO ASINS; MARCOS ALONSO; OTERO MORÁN; GRAÑEDA MIÑÓN, 2009, p. 164).

⁴ *Dominus Noster Honorius Princeps Augustus*.

⁵ Vitória Augusta.

empregado em sua confecção é de qualidade. A moeda em si não tinha nenhuma alusão ao rei godo do período, sendo provavelmente utilizada para fins fiscais (VALVERDE CASTRO, 2011, p. 184-185).

Essas cópias visigodas continuaram a ser feitas no decorrer do século V, na maioria das vezes imitando o cunho do imperador que estava no poder e demorando um tempo razoável para se adequar às emissões de um novo governante. Fora o exemplar de Honório, há outras emissões que são também comprovadamente cópias visigodas com as efígies dos imperadores como as de Valentiano III (425-455), que foram confeccionadas pelos reis Teodorico I e Teodorico II (453-466), e as do imperador Líbio Severo (461-465), feitas também a mando de Teodorico II e posteriormente de seu irmão, Eurico (466-484).

Com o rompimento definitivo dos godos com a autoridade imperial romana ocidental, suas cunhagens passaram a imitar as moedas com as efígies dos imperadores orientais até o reinado de Leovigildo (568-586), quando os godos começaram a cunhar moedas com os nomes e efígies de seus reis. Em relação à moeda sueva, J. Peixoto Cabral e D. Metcalf (1997, p. 17), apontam que este povo teve seu numerário próprio, com figuras distintas e que eram facilmente reconhecíveis como diferentes dos tipos monetários utilizados pelos vizinhos godos. Entretanto, esses autores analisam que, com raras exceções, essas moedas não indicam por meio de legendas que são suevas, não sendo nem ao menos datadas. A única maneira possível de estimarmos se elas pertencem a esse povo é averiguar se foram encontradas nos territórios que estiveram sobre sua influência no passado e através de características no que diz respeito a sua tipologia.

No momento, existem apenas quatro moedas que estão claramente marcadas como suevas que são as quatro *siliquae* de prata com o nome do rei Requiário.⁶ No passado, havia também uma moeda de ouro atribuída ao rei Audeca, mas que está perdida desde 1936. À exceção dessas moedas de prata, todas as outras que foram produzidas pelos suevos são moedas de ouro anônimas que são cópias de modelos romanos.

Com o mesmo modelo de uso fiscal utilizado pelos godos, os suevos começaram a fazer suas imitações a partir também do *solidus* cunhado pelo Imperador Honório, exibido na imagem abaixo:

⁶ Moeda romana de prata criada na metade do século IV (358-359) equivalente a meio miliarense. O nome foi utilizado até o século VIII para designar as diversas moedas de prata bizantinas e dos povos germânicos com peso entre 2g e 3g (ALFARO ASINS; MARCOS ALONSO; OTERO MORÁN; GRAÑEDA MIÑÓN, 2009, p. 163).

Figura 2 - *Solidus* cunhado pelo Imperador Honório



Fonte: Peixoto Cabral e Metcalf (1997, p. 235). As amostras só foram disponibilizadas em preto e branco.

Como podemos notar, o *solidus* imitado é o mesmo utilizado pelos visigodos, com exceção das letras MD, o que provavelmente indica que o original copiado teria sido cunhado na cidade de Milão e a representação do cativo com um elmo, o que não era muito comum.

Segundo Cabral e Metcalf (1997, p. 235), em 1942 Wilhelm Reinhart atribuiu aos suevos algumas das imitações da casa de cunhos de Milão e,⁷ em 1938, atribuiu aos visigodos uma moeda semelhante encontrada perto de Badajoz. Para os autores, é provável que todas as cópias dos sólidos de Milão tenham a mesma origem e é quase certo que são suevas.

Apesar da utilização dessas cópias de ouro para fins fiscais, o que realmente se destaca nas cunhagens dos suevos são as *seliquae* de prata cunhadas pelo rei Requiário, que são baseadas nas de Honório.

⁷ Autor que realizou, em meados do século XX, diversos estudos sobre as cunhagens bárbaras. Seu catálogo de moedas suevas permanece como uma grande referência para a historiografia atual e é reproduzido no livro de Peixoto Cabral e Metcalf.

Figura 3 - Moeda cunhada por Requiário

Fonte: Peixoto Cabral e Metcalf (1997, p. 7). As amostras só foram disponibilizadas em preto e branco.

A moeda tem, em seu anverso, a efígie do imperador Honório com a legenda "DN HONORIVS P F AVG".⁸ No reverso há a legenda "IVSSV RICHIARI REGES",⁹ que rodeia uma coroa de louros com uma cruz cristã e as letras BR em seu centro, indicando a religião de seu rei, e que o exemplar teria sido cunhado na cidade de Braga.

Cabral e Metcalf (1997, p. 43) relatam que o laurel é menor do que os das *siliquae* votivas normais de Honório para dar mais espaço à inscrição circundante de Requiário. De acordo com Orlandis (1987, p. 42), Requiário foi o primeiro rei bárbaro que ousou cunhar uma moeda com seu próprio nome, representação que o associava ao antigo imperador romano Honório. Díaz Martinez (2011, p. 109-110) esclarece que a monarquia de Requiário, associada a uma casa de moedas bracarense, é a melhor amostra de uma assimilação de formas do poder imperial. Com isso, os suevos assumiam a língua do poder imperial, que era o latim, e se referiam à figura de Honório, o imperador na época em que entraram na *Gallaecia*.

Concordamos com os autores acima e acreditamos que, através desse exemplar, Requiário buscava legitimar seu poder tentando demonstrar que este era reconhecido pela autoridade imperial romana, além de atrelar seu povo a uma identidade romana. Com esses dados e comparações, podemos afirmar que, nesse período, diferentemente dos godos, os suevos não se utilizaram do sistema monetário romano somente com o objetivo financeiro, mas também como um instrumento de legitimação cultural e político-religiosa.

⁸ *Dominus Noster Honorius Pius Felix Augustus.*

⁹ Por ordem do rei Requiário.

Considerações finais

A partir da análise desses elementos podemos concluir que as emulações godas e suevas coincidiram em alguns pontos e se distanciaram em outros, contribuindo de forma diferenciada para a construção da identidade desses grupos. No tocante à sucessão régia, godos e suevos praticamente se utilizaram do mesmo modelo de imitação, ao privilegiarem a sucessão hereditária e a criação de uma identidade de seu povo em torno de uma estirpe régia de seus governantes.

Em relação à apropriação da religião, a conversão direta à ortodoxia promoveu uma ligação dos suevos à identidade romana muito maior do que a das demais *gentes* bárbaras, que preferiram o arianismo, o que lhes concedeu uma característica ímpar no período, a de ser a única monarquia romano-bárbara cristã ortodoxa.

No quesito assimilação do sistema monetário romano, as emulações suevas resultaram também mais aprofundadas que as godas, pois para além da questão fiscal, a *seliquae* de Requiário promoveu a união de seu nome com a imagem do antigo imperador Honório, aproximando sua figura de uma identidade romana e passando a ideia de que sua administração era legitimada pelo governo imperial.

Por fim, podemos afirmar, por meio de nossa análise comparativa, que nesse período inicial do século V a formação de uma identidade sueva se apresentava, através desses elementos expostos ao longo do nosso artigo, muito mais próxima de uma identidade romana do que a monarquia goda. Esta situação se altera com a derrota de Requiário em 456 para o rei godo Teodorico II, o fim da dinastia de Hermerico e o consequente esfacelamento do poder régio suevo.

Referências

Documentação textual

- IDACIO. *Obispo de Chaves, su cronicón*. Introducción, texto crítico, versión española y comentario por Julio Campos. Salamanca: Calasancias, 1984.
- PAULO ORÓSIO. *Histórias*. Introducción, traducción y notas de Eustaquio Sanchez Salor. Madrid: Gredos, 1982.
- TÁCITO. A Germania. In: TÁCITO. *Tácito Obras Menores*. Tradução e nota prévia de Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

Documentação numismática

PLIEGO VÁZQUEZ, R. *La moneda visigoda I*. Sevilha: Secretariado de Publicaciones Universidad d Sevilla, 2009.

Obras de apoio

ALFARO ASINS, C.; MARCOS ALONSO, C.; OTERO MORÁN, P.; GRAÑEDA MIÑÓN, P. *Diccionario de numismática*. Madrid: Solana e Hijos, 2009.

DÍAZ MARTINEZ, P. C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011.

DÍAZ MARTINEZ, P. C. Los distintos grupos sociales del noroeste hispano y la invasión de los suevos. *Studia historica. Historia antigua*, n. 1, p. 75-88, 1983.

DUMÉZIL, B. *Les racines chrétiennes de l'Europe: conversion et liberté dans les royaumes barbares V^e–VIII^e siècle*. Paris: Fayard. 2008.

FRIGHETTO, R. Identidade(s) e fronteiras(s) na *Hispania visigoda*, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). In: FERNANDES, F. R. (Org.). *Identidades e fronteiras no Medieval Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 91-126.

FRIGHETTO, R. Monarquia e poder régio nos primórdios do século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana. In: WIDOW, J. L.; PEZOA, A.; MARÍN, J. (Org.). *Un magisterio vital: historia, educación y cultura. Homenaje a Héctor Herrera Cajas*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2007, p. 239-250.

GEARY, P. J. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, PETER; GRABAR, O. (Ed.). *Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press, 2001, 107-129.

ORLANDIS, J. *Historia de España: la Espana visigótica*. Madrid: Gredos, 1987.

PEIXOTO CABRAL, J.; METCALF, D. *A moeda sueva, Suevic coinage*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997.

SILVA, L. R. *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*. Rio de Janeiro: Eduff, 2008

VALVERDE CASTRO, M. R. La ideología fiscal en el reino visigodo de Toledo. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍN VISO, I. (Org.). *Between taxation and rent: fiscal problems from Late Antiquity to Early Middle Ages*. Bari: Edipuglia, 2011, p. 163-187.